



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1168/2015	DATA: 10/7/2015	
LOCAL: Porto Alegre - RS	INÍCIO: 15h43min	TÉRMINO: 17h28min	PÁGINAS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCOS PIRES - Presidente da União da Tinga.
PAULO LIMA - Pastor da Igreja Batista Nova Vida.
NELSON DA SILVA - Conselheiro Tutelar.
GLEIDSON RENATO MARTINS DIAS - Representante do Movimento Negro.
JORGE CRISTIANO OLIVEIRA DE OLIVEIRA (Juquinha) - Representante do Coletivo Cultural da Restinga.
ALMERINDA ROSA DE LIMA - Líder Comunitária e Presidente da Associação de Moradores da Chácara do Banco.
JEFERSON FERNANDES - Deputado Estadual.
GABRIEL MEDINA - Secretário Nacional de Juventude.
CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR - Ouvidor Nacional da Igualdade Racial, da SEPIIR - Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial.
NESTOR HEINEN - Representante da Organização Não Governamental Ecosistema Brasil.
JOSÉ LUÍS VIEIRA VENTURA - Líder Comunitário da Restinga - Rio Grande do Sul.
MARIA LUÍZA RODRIGUES VIANNA (Malu Vianna) - Representante do Fórum Permanente do Hip Hop.
ENIO ANDRADE - Presidente da APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, de Canoas.

SUMÁRIO

Audiência pública realizada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, para debater sobre a violência contra jovens, negros e pobres no Brasil.

OBSERVAÇÕES



A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Nada melhor do que a gente convidar para fazer a primeira fala, então, o Marcos Pires, que está aqui nos privilegiando com esse espaço da União da Tinga, o que está fazendo com que a comunidade e pessoas de diversos movimentos sociais possam estar aqui debatendo sobre um assunto tão importante como esse pelo qual a nossa sociedade vem passando, que é combater o extermínio da nossa juventude, em especial da nossa juventude negra.

É contigo, então, Marcos.

O SR. MARCOS PIRES - Eu quero, primeiramente, cumprimentar o Deputado Reginaldo e, em nome dele, todas as autoridades presentes. Quero cumprimentar a minha comunidade da Restinga, porque eu me criei aqui por quase 20 e poucos anos, morando nessa rua, na continuação aqui. Quero deixar bem claro para todos da comunidade que o sobrenome da União da Tinga é Tinga, é de todos vocês que fazem parte dessa comunidade, dos simpatizantes dessa comunidade e de todos aqueles que também querem fazer parte dessa família que se chama União da Tinga. Então, isso é bem claro. Para todo mundo que quiser exercer uma atividade aqui dentro da União da Tinga, o espaço está à disposição. É para isso que uma associação ou entidade associativa serve: para prestar esse serviço para a comunidade. Então, não pensem que aqui existe um dono. O dono disso aqui, desse espaço físico aqui, são vocês todos. Está certo?

Com isso, eu queria dizer que nós perdemos, há poucos dias, mais um jovem. Em nome do Bryan, um trabalhador aqui do supermercado Leve Mais que foi assassinado nesta semana, com 16 anos, eu queria pedir (*pausa*) 1 minuto de silêncio para todos aqueles Bryans que nós perdemos — e não foram poucos. (*Palmas.*)

(*Os participantes prestam a homenagem solicitada.*)

O SR. MARCOS PIRES - Obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Agora, vamos passar a palavra, então, ao Pastor Paulo Lima, que é uma das nossas lideranças aqui da comunidade, que articula projetos sociais.

Com a palavra o Pastor Paulo Lima. (*Palmas.*)



O SR. PAULO LIMA - Boa tarde a todos.

É uma honra para mim estar fazendo parte deste momento ímpar com relação à questão dessa discriminação contra a raça menos favorecida. É óbvio que está aí explicitado o negro como estrela fulgurante, mas principalmente os egrégios das comunidades.

Eu sou oriundo de uma comunidade. Nasci na Serrinha, um bairro de Madureira. Fui criado na Rua Buriti, na época daquela melodia do saudoso Jamelão *Meu Barracão de Zinco*. Nasci realmente num barracão de zinco. O meu parto deu-se através de uma parteira. Eu me criei naquela comunidade, no campo do Cajueiro — quem conhece Madureira, no Rio de Janeiro, pode ratificar o que eu estou colocando aqui. A minha criação foi toda dentro da comunidade, lutando para uma vida social mais digna.

Mexe com os meus brios a situação desse jovem Bryan.

Na sexta-feira passada, eu participei de um momento na igreja do Padre Ceron — não sei se alguns colegas da comunidade estavam presentes, como a Lúcia — e falei sobre uma arregimentação da promotoria da Restinga, com o Dr. Eduardo. Há um projeto em curso para que possamos também efetuar algumas incursões para minimizar isso.

Eu sou muito prático nas minhas considerações e acho que medir largo e cortar curto não é realmente aquilo que nós planejamos. Nós fazemos os fóruns, temos que debater, mas temos que realizar com eficácia aquilo que possa de fato minorar, amainar a situação dos nossos menos favorecidos.

Na sexta-feira passada, naquele fórum, eu disse que, em 1993, houve uma execução sumária de vários jovens na Candelária — os senhores com idade mais avançada conhecem bem a história. Dentre os que sobraram, coube-me — ratifiquei isso em comum acordo com a minha esposa — pegar um menino de 5 anos, há época, por nome de Tiago Steiner. Ele é nosso filho adotivo, vive conosco aqui na Restinga e é o administrador da Escola de Educação Infantil Eduarda Pujol Zaniratti. Hoje, ele está com 27 anos e terminando a sua faculdade de Ciência da Computação.



O que se pode fazer? É uma gota d'água dentro de um oceano, mas, se cada um de nós fizer a sua parte, naquilo que é possível, palatável, factível, ao alcance de todos nós, com certeza, vamos minorar a situação.

Nesse contexto, recentemente eu estive no Rio de Janeiro em uma situação muito forte com o comando da Polícia Militar, e o comandante atual do Batalhão de Operações Especiais, chamado BOPE, é também evangélico. Não é admissível que a autoridade representativa do Estado adentre em uma comunidade chutando, arrebatando, porque há cidadãos de bem que residem em comunidades. Então, nós não somos partícipes e não temos medo. Enfrentamos situações, agora, no mês de maio, no Rio de Janeiro, no morro do Alemão, no Cruzeiro e na favela do Muquiço.

Srs. Deputados, autoridades representativas da nossa comunidade, eu estou aqui na Restinga há mais de 16 anos. Talvez eu não seja conhecido por muitos, talvez seja a primeira vez que vocês estejam me dando o privilégio de conhecê-los e conhecê-las. Via de regra, essa é a reciprocidade. Todavia, é necessário que façamos alguma coisa.

Em abril do ano andante, nós tivemos a questão do menino Emanuel, de 12 anos, que estava no centro de Porto Alegre, veio parar na Restinga e foi barbaramente assassinado aqui na chamada Restinga velha, com vários tiros —12 anos! O menino esteve comigo, mas eu não pude abrigá-lo porque eu não tive estrutura. E ele, chorando, disse: *"Pastor, eu preciso de local para estar"*. Mas eu não poderia levá-lo para a minha casa. *(Pausa.)*

Como é que nós poderíamos fazer para preservar uma vida? Quantos Emanueleis, Bryans estão numa situação de vulnerabilidade e sendo barbaramente assassinados? Porque não têm quem possa, enfim, ir ao encontro de uma situação... Não há como! Não há como! *"Pau que nasce torto morre torto"*, mas não é assim! É necessário que haja respeito por aqueles que saíram da comunidade.

Então, eu, com muita emoção... Porque estamos vivendo situações do dia a dia — perdoe-me extrapolar o tempo, Pérola, mas eu precisava relatar isso. Precisava colocar isso! Preciso colocar isso! Nós precisamos! Esse fórum é muito bom, fiz um esforço para estar aqui, mas eu queria deixar registrado que nós temos de fazer alguma coisa! Temos de fazer alguma coisa! *(Palmas.)*



A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Obrigada, Pastor Paulo Lima pela sua contribuição. Nós sabemos do trabalho que tu tens; e a tua emoção é uma emoção que todos nós — mães, avós, comunidade, Parlamentares que são sensíveis à causa — também temos e nos emocionamos.

Vou chamar agora uma pessoa que é bem importante, que todos vocês aqui da comunidade também conhecem, que é o Nelson, conselheiro tutelar da microrregião 7, que tem feito um excelente trabalho no que diz respeito à garantia de direitos das crianças e dos adolescentes na nossa comunidade. (*Palmas.*)

O SR. NELSON DA SILVA - Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes. Cumprimentando-o, cumprimento todos os presentes, notadamente o pessoal que compõe essa Mesa seleta.

O Pastor Paulo trouxe, na sua emoção, uma síntese do que é a nossa comunidade aqui. Ele estava falando lá do Rio de Janeiro, e nós estávamos nos lembrando da nossa Restinga.

Para recordar um pouquinho o que é a nossa Restinga, falávamos disso na nossa reunião de organização, da criação desse bairro. Agora, nós podemos com certeza afirmar que é o maior quilombo humano existente no Rio Grande do Sul e quiçá do Brasil, porque 77% da população da Restinga é negra, é pobre, veio jogada para cá, para esse canto da cidade, depois dos morros. Nada existia. Saiu porque estava ocupando espaço dos ricos e dos brancos que moravam no centro da cidade. Existia um quilombo antigo lá no Ariel da Baronesa — os mais antigos também conheceram, e os mais jovens alguns leram nos livros de escola —, e foram jogados aqui na Restinga. A Vila Caiu do Céu, Santa Luzia, Conceição, Ilhota, todo esse povo foi jogado aqui na Restinga. E simplesmente chegavam aqui — uma família com 4 ou 5 filhos — pobre gosta de fazer filho que não é brincadeira —, chegavam aqui, e o pai, por estar longe do seu emprego, deixava a mãe sozinha com suas crianças e voltava lá, para o seu lugar de origem. Ora, logicamente a 1 hora e meia do centro da cidade, a 2 horas da zona norte, onde muitos trabalhavam, porque vieram lá da Vila Teodoro também para cá, não tinha condições de o pai retornar. E, como sempre, o homem desistia da sua função de pai e deixava a mulher cuidando de seus filhos, que, por sua vez, tinha que sustentar aquelas crianças. E quando saía de casa, as crianças ficavam com quem? Quando havia uma avó, ótimo. Mas



normalmente ficavam sozinhas. E onde o Governo não atua, tem gente da pior qualidade que o substitui.

Então, eu pergunto a vocês aqui, meninos e meninas, quem não teve, nessa pouca idade de vocês, um familiar, um conhecido, um amigo, um coleguinha levado pelo tráfico? É difícil descobrir alguém que não tenha sido levado.

Então, o nosso problema, Deputado... Eu o parabeno por ter vindo ouvir a comunidade, onde acontece realmente o problema. Porque quando o senhor está debatendo lá na Câmara, com todos os seus argumentos, a visão é aquela um pouco afastada. Aqui, o senhor vai ouvir argumentos da realidade, onde acontecem as coisas. E só existe uma maneira de a gente combater isso, eu ousou dizer: com políticas públicas. Nós não temos políticas públicas. Nós lutamos com cabo de vassoura contra armas poderosíssimas. Não estamos condenando as pessoas que são desviadas pela sua necessidade, nós estamos querendo condições para aqueles que ainda estão sofrendo a discriminação, o desleixo das nossas autoridades.

Só para concluir, Pérola, eu queria um citar um exemplo da função de termos políticas públicas. As nossas colegas aqui, estamos vendo, da Ação Rua sabem muito bem da luta, caminhando na cidade, recolhendo as crianças, e os adultos também, para coloca-los num abrigo. Mas cadê que elas têm apoio?

Nós tínhamos um projeto social aqui na escola Ponto de Cultura Restinga Faz Arte. Numa ocasião, chegou um menininho de 6 ou 7 anos. A mãe veio trazê-lo porque ele não estava prestando atenção na aula, estava muito disperso e, então, não estava aprendendo. Trouxe para cá. Conversando com esse menino, depois de 15 dias, ele estava aprendendo a tocar o instrumento de percussão aqui. A mãe veio elogiar o trabalho que o menino estava fazendo na escola; ela estava assombrada. Descobriu-se que esse menino não tinha coordenação motora e, quando começou a bater o tamborim, ele adquiriu coordenação motora e começou a escrever as lições do quadro. Só por esse motivo já valeria a pena o Governo aplicar em políticas públicas nessas comunidades carentes, gente! Quantas crianças nós iríamos salvar do mundo do tráfico?



Políticas públicas é o que pedimos, Deputado. O senhor, à sua CPI, vai levar esse nosso depoimento. Temos o exemplo do pastor e esse exemplo também, que é marcante na nossa vida. A Restinga o agradece. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Queremos registrar a presença do Vereador Alberto Kopittke, que trabalha com políticas públicas ligadas à segurança, superparceiro da causa, um grande guerreiro. Também registro a presença do nosso Vereador negro, Delegado Cleiton, também apoiador da causa, não somente contra o extermínio, mas também de muitas outras — não é, Vereador Cleiton? — lá na Câmara de Vereadores. Também registro a presença da Coordenadora do Trabalho Educativo, a Letícia. Onde está a Letícia? Bom, está por aqui. Registro também a presença do Manuel Fernando, que representa o mandato do Senador Paulo Paim. Onde está o Manuel Fernando? O Mirgo representa o mandato do Deputado Luiz Fernando. Não sei se ele está ou se já foi, mas estamos registrando a sua presença. Registro a presença do Diretor da Escola Nossa Senhora da Conceição, Alexandre Amaro. Seja bem-vindo. Obrigada pela presença entre nós. Também registro a presença de uma grande liderança aqui da Restinga, que já há muitos anos vem construindo com a gente e também tem todo um trabalho importante no que diz respeito à área esportiva, que é o Sr. Ventura. Seja bem-vindo, é um prazer tê-lo aqui conosco. Registro também a presença de uma guerreira, militante da pauta da juventude, que é a Laura Sito. Militamos juntas ali — não é, Laura? — para que as cotas pudessem ser implementadas na URGS e viemos juntas trilhando esse caminho aqui. Obrigada pela sua presença. Laura também contribuiu para este evento, para a mobilização, e nos ajudou, estava aqui conosco.

Bom, aos poucos, vamos registrando as entidades aqui presentes. Se alguém não for citado, não se melindre. Todos nós aqui somos protagonistas, somos militantes e levantamos a bandeira de fortalecimento e de combate a esse extermínio da juventude negra que está ocorrendo.

Também registro a presença do Centro Infanto-Juvenil Monteiro Lobato, do CRAS, da Glória, o Grupo Guarda Negra, que se apresentou muito bem aqui com a capoeira, com crianças e adolescentes, e também o Fórum de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude, aqui representado.



Passo a palavra agora ao Gleidson, que representa a assessoria jurídica dos povos de matriz africana. Como nós defendemos a diversidade religiosa e a tolerância, nós tivemos aqui um pastor da Igreja Batista, representada pelo Pastor Paulo Lima, e agora teremos o Gleidson, para mostrar que nós construímos com a diversidade e pela unidade, em prol de uma única causa, que é combater o extermínio dos nossos jovens.

O SR. GLEIDSON RENATO MARTINS DIAS - Boa tarde a todos e todas. Meu agô, mukuiu, kolofé, minha benção aos mais velhos e mais novos. Acho que é importante, eu não esperava inclusive participar da mesa, mas acho que é importante nós discutirmos, principalmente no Rio Grande do Sul, a questão não só da tolerância ou da intolerância, mas também do respeito à diversidade e da luta por um Estado laico, que é o que nós queremos.

O Rio Grande do Sul tem declarado mais de 65 mil casas de terreiros, de batuque e candomblé. Nós acreditamos que isso possa chegar a 85 mil casas. Só Porto Alegre tem declarado, segundo o último censo, 25 mil casas de terreiro, batuque e candomblé, mas isso não impede que o racismo institucional, praticado inclusive pelos órgãos que deveriam não praticá-lo — eu estou falando do Ministério Público e do Judiciário —, faça com que mães e pais de santos sejam incriminados, criminalizados aqui no Estado do Rio Grande do Sul.

Só para se ter uma ideia, vou citar só dois exemplos, dentre centenas que acompanhamos. Numa região aqui de São Lourenço do Sul, uma cidade aqui do Rio Grande do Sul, uma mãe de santo estava tocando tambor, e eles criaram uma lei do silêncio, e essa mãe de santo foi impedida de tocar o tambor, ela tocou o tambor e foi multada. Parou de tocar tambor, tocou sininho e foi multada em 600 reais.

Em outra casa, a ação condicional da pena se justificava no sentido de obrigá-la a ter educação ambiental. Isso foi proposto pelo Ministério Público e aceito pelo Judiciário. Então, é nesse nível que estávamos falando quando falamos da questão de intolerância no Rio Grande do Sul. Fora isso, nós tivemos um grande debate e uma grande luta e vencemos essa luta contra uma proposta, um projeto de lei da Deputada, primeira-dama de Porto Alegre, Regina Fortunati, que queria proibir e criminalizar a sacralização dos animais na terra do churrasco. Na AVIPAL ela não bateu, mas ela queria bater nas casas de terreiro.



Então, não é pouca a luta que nós temos. E eu quero terminar, porque a discussão é bem rápida e a minha participação é bem simbólica.

Eu gosto de ler um texto pela sua simbologia e, no meu ponto de vista, pela força que expressa. Inclusive, companheiros Deputados e companheiras Deputadas, nós falávamos pela manhã na Assembleia Legislativa, no que se refere ao extermínio da juventude negra, ao encarceramento da população negra, do quanto nós não andamos. E eu não tenho fala pessimista — longe disso. Eu sei muito bem o que nós construímos a partir de 2003. Mas eu não quero falar do que nós conquistamos. Eu quero falar do que falta conquistar.

Eu vou ler muito rapidamente esta carta, cujo contexto eu explico depois para quem não a conhece.

O companheiro Matos, do MNU, está aqui.

“Nós, netos de Zumbi, presos na detenção, assim pensamos e assim escrevemos a vocês, irmãos e também netos de zumbi!

Casa de Detenção de São Paulo.

Do fundo do grotão, do exílio, levamos nosso sussurro a agigantar o brado de luta e liberdade dado pelo Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Nós presidiários brasileiros contamos com nosso grupo unificado contra a discriminação racial. E aqui estamos no lodo do submundo, mas dispostos a dar nossos corpos e mentes para a ação de luta, a denunciar também a discriminação dentro do sistema judiciário aqui no maior presídio da América do Sul.”

Já falavam de discriminação dentro do sistema judiciário.

“Quando se fala em direitos humanos, é necessário ver com quem se fala, porque cada qual compreende segundo suas necessidades. Aqui no presídio não se pode falar muito nisto, pois logo somos motivo de chacotas.



Creio, inclusive, que direitos humanos não passam de um tema promocional que tem estado em foco atualmente em todos os setores filantrópicos, públicos e particulares. Contudo, nós aqui não temos senão temas e reuniões que pelo visto não passam mesmo daí. Os homens que o propagam são os primeiros a violá-los. E ele vem pelo mundo afora ricocheteando (...).

Se existe, é um bicho que sempre nos tem mordido ou é um Deus ao qual ninguém jamais orou. Agora desperta em nós a curiosidade de homens negros e ignorantes. Queremos saber o que são esses tais de direitos humanos. Também tem o seguinte: se for algo do qual dependemos da sociedade branca para nos conscientizar, algo que se consiga com docilidade de servos não apresente! Já estamos fartos de palavras, demagogias, por isso somos um grupo, por isso gritamos sem cessar. Somos negros, somos Netos de Zumbi!

(E vovó ficaria triste se nos entregássemos sem luta.)”

Essa carta foi escrita em 1978, dentro do presídio, com a criação do então Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, hoje MNU. Então, se essa carta é tão presente nos dias de hoje, é porque esta CPI tem um valor mais do que simbólico, Deputado, no sentido de construir políticas públicas para que cesse não só o encarceramento da juventude negra, mas o seu extermínio.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Quero chamar o nosso companheiro Juquinha, que é o nosso grande líder do *hip hop*, da comunidade cultural. Temos feito uma parceria de muitos anos, articulando nós jovens negros que militávamos nessa comunidade com o poder público para que, de fato, as políticas pudessem ser implementadas. Nós não éramos vistos e fomos para a academia para mostrar a que viemos, porque daí, sim, nós conseguimos escrever e falar aquilo que pensamos, não somente para a nossa comunidade, mas para o mundo.



É contigo, mano. (*Palmas.*)

O SR. JORGE CRISTIANO OLIVEIRA DE OLIVEIRA (Juquinha) - Vou trazer aqui alguns fatos reais que presenciamos não só aqui na Restinga, mas em outras comunidades onde desenvolvemos ações socioeducativas e culturais. O *hip hop* e, na verdade, outras culturas conseguem mobilizar os jovens, conseguem resgatá-los, conseguem propor ações positivas e que têm um retorno nessas comunidades, mas se sente muito pouco o retorno do poder público, nas questões para implementar as leis, fazer com que aconteçam, com que elas saiam do papel.

Então, o que nós temos sentido, mesmo nessas ações, é que há uma luta muito desigual da cultura contra a violência, contra a drogadição, porque tu ofereces um caminho para esse jovem, mas o investimento para que ele possa continuar criando esse caminho é muito pouco.

Nós temos várias oficinas de capoeira que mobilizam 100, 200 crianças. E, quando se vai ver, o educador não recebe para fazer aquilo. Ele está fazendo um trabalho de cunho particular. Quando se procuram os gestores, eles muito pouco dão de retorno. Foi uma grande luta para a gente conseguir a Semana Municipal de *Hip Hop*. Tivemos um gestor que era da Secretaria da Juventude que tentou de todas as formas fazer com que essa semana não acontecesse, usando de artifícios que nem se imaginam, até que nós comprovamos para esse gestor que atuávamos dentro da lei e quebramos todas as questões que ele colocava com documentação.

Aqui, na Restinga, circulamos por toda a comunidade, conversamos com todos os jovens, com adultos, com idosos. Uma fala dos jovens é: *“Por que eu vou sair da esquina, onde eu ganho 500 reais por dia, para ir a uma escola, onde uma professora não me ouve, onde ela quer que eu fique sentado, onde ela diz que eu não sei nada e ela que sabe tudo?”*

Então, a gente tem que mudar muita coisa para poder potencializar e os nossos jovens não ficarem nas esquinas. Primeiro de tudo: apresentar a esses jovens ações atrativas que venham do interesse deles.

Outra questão eu tenho discutido com alguns Vereadores, com o Prefeito. Sou um cara muito chato, porque me incomodo mesmo, mando *e-mail*, vou à Câmara, vou à Prefeitura, às vezes sou recebido, às vezes não. Essa questão da PSC, que tu pegas um jovem para prestação de serviço, tu botas ele no centro para



ficar limpando o chão, limpando a janela. O que isso acresce para ele sair do tráfico? O que isso acresce para ele não voltar para a violência? Ele não está aprendendo nada. Não está potencializando o que ele sabe.

Então, que se fizesse uma entrevista com esse jovem, que se vissem quais as capacidades. Do que ele gosta? Se o cara tem aptidão para mecânico, dá uma formação em mecânica para esse cara, porque ele vai sair desse trabalho de prestação de serviço sabendo muito mais do que ele gosta, abre uma firma, emprega outros jovens que vão sair do tráfico para trabalhar com o que gostam também.

Essas questões deveriam ser mais direcionadas. E a cultura consegue, mesmo com tão pouco investimento, fazer uma transformação, ela vai aonde os gestores não conseguem estar. Ela dialoga com as pessoas que não querem conversar com os gestores. Ela precisa de mais investimento para poder ter uma ação continuada, mas isso não acontece. Investe-se pouco. Não sei se é medo dos gestores de que se criem novas lideranças que vão questionar o que está acontecendo, que não vão aceitar o que está acontecendo. Aí deixa para um jovem matar o outro.

O Pastor aqui citou a Candelária, mas, na Restinga, todos os dias morrem jovens, mas não é veiculado. Todos os dias! Eu moro no meio da Restinga. Lá na Restinga Velha. Todos os dias há tiroteio! Todos os dias um jovem mata o outro! E por que ele faz isso? Conversei com ele: *“Cara, por que tu não saís da esquina? Tu sabes que amanhã tu podes não estar aqui?”* *“Juquinha, eu não vou sair daqui. Com o dinheiro que eu ganho, eu posso ajudar a minha mãe a sustentar meus cinco irmãos, eu tenho um tênis novo, eu tenho uma roupa nova, eu posso amanhã não estar aqui, mas hoje a minha barriga está cheia.”* Então, tem que se pensar em ações que tragam esses jovens para essas atividades e que deem continuidade a essas atividades. Não adianta um projeto como o do Prefeito, há um tempo, em que um jovem ia ganhar 100 reais por mês para estudar. Cara, 100 reais por mês, entendeu? Tem que se pensar em ações atrativas e que realmente possam potencializar esses jovens para que saiam dessas esquinas, porque se continuar com essas ações limitadas, eles não vão...



Neste momento, pelo menos 20 crianças de 12 a 15 anos estão nas esquinas traficando, enquanto a gente está conversando. Então, a gente tem que pensar em potencializar a educação. Atacar o fogo. Potencializar a melhoria para educação, para as ações culturais, formação para esses educadores para que eles possam se atualizar, porque a nossa juventude vive num momento de “pá e bola”. A informação está muito presente e rápida. O cara está escutando um rádio, está lendo, está olhando a televisão, está mexendo no computador, tudo ao mesmo tempo.

Então, os nossos educadores têm que estar atualizados para poder atender a essa demanda e fazer esses jovens perceberem que eles são importantes e que eles fazem parte de todo o processo, eles não têm só que ouvir. Eles têm que se manifestar e construir juntos também. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Aviso que alguns dos nossos jovens adolescentes tiveram que se ausentar, porque a instituição tem todo um ritmo de horário. Peço a todos os convidados e as convidadas que se agreguem mais aqui à frente, ocupem as cadeiras que nós temos, para que a possamos fazer um círculo bem característico da nossa africanidade, que é esse círculo de roda, em que o saber é trocado.

Queria também aqui colocar a presença bem importante do nosso companheiro Antônio Matos, representante do Movimento Negro Unificado – MNU; da companheira Malu Vianna, também representante do Juventude Viva, do Governo Federal. Onde é que tu estás, Malu? E o Matos, do MNU? Também presente a Tatiane, da Anistia Internacional. Onde é que está a Tati? Tati, tu te movimentas, para que as pessoas possam te conhecer. O Cleo representa o mandato da Deputada Maria do Rosário. Onde está o Cleo? Cleo é ex-Conselheiro Tutelar. Fomos companheiros pela garantia — não é, Cleo? —, quando éramos Conselheiros Tutelares da Criança e do Adolescente. Obrigada pela tua presença. Bom te ver sempre nesses espaços aqui para debater as questões das minorias. O Júlio Cesar, que é integrante do Conselho Político do Senador Paulo Paim, juntamente conosco na luta — não é, Cesar? — está aqui representando o mandato do Vereador Comassetto. Obrigada pela sua presença.

Agora, nós vamos passar a palavra, então, para a nossa companheira Almerinda, que representa a Associação da Chácara do Banco. Almerinda está com



a palavra. É a nossa guerreira da Tinga, militante, uma delas. São muitas lideranças, mas ela é a nossa liderança feminina de guerra. (*Palmas.*)

A SRA. ALMERINDA ROSA DE LIMA - Boa tarde a todos. Boa tarde aos Deputados. Seja bem-vinda toda a comitiva.

É um tema bem chocante de a gente relatar. Eu vou falar como militância e como mãe, porque esses episódios a gente sempre pensa que não vão chegar à casa da gente, mesmo a gente sendo capacitada, estando envolvida em tudo que é projeto, mas também chega à casa da gente. Quando chega à casa da gente, a gente não sabe o que fazer, a gente fica amarrada, principalmente como mãe.

Então, eu não tive, graças a Deus, morte na família, dos meus filhos, mas eu tive tráfico. Meus filhos foram para o tráfico. Eu sou mãe de quatro filhos. Sou separada há 16 anos. Sou uma das Mulheres da Paz, Promotoras Legais, participo do Ponto de Cultura Feminista. Estou sempre em tudo que é atividade que existe dentro da Restinga, sou voluntária das escolas estaduais e municipais; onde me chamam, estou lá. Eu e as minhas colegas — pena que elas não estão aqui, mas está a Lúcia, que é minha parceira — estamos sempre juntas.

Eu vejo assim: a nossa juventude, hoje em dia... Em cada esquina, tu encontras crianças de 12, 10, 8 anos e tu não sabes o que vai fazer. Mas é incrível, porque quando a gente conversa com eles, quando a gente vai onde eles estão, eles têm um carinho, eles precisam de carinho, eles precisam de atenção, de boa alimentação e de boa conversa. Quando a gente consegue tirar um ou dois, isso é uma alegria enorme.

Eu tive dois episódios. O meu filho, que hoje não mora comigo — graças a Deus, todos eles estão bem, um mora em Santa Catarina, o outro mora em Tramandaí —, o que mora em Tramandaí, já estava na ponta do tráfico. Eu, como mãe, o que eu fiz? Eu simplesmente digo: *“Não, eu não vou perder o meu filho para o tráfico, eu não vou”*. O que eu fiz? Aonde ele ia, eu estava sempre colada nele. Aonde ele ia, eu estava atrás dele — eu não tinha como botá-lo em projetos, porque ele era menor, não podia botá-lo para trabalhar, e eu tinha que trabalhar —, ele sentava na esquina, eu sentava com ele na esquina. *“Eu quero saber por que é bom ficar aqui na esquina. Eu vou ficar contigo.”* Eu ficava, e era de madrugada, não tinha horário, até que um dia ele cansou: *“Mãe, eu não quero mais que tu fiques na*



esquina, porque tu vai ser baleada". "Então tu sais comigo agora." Hoje, graças a Deus, meu filho é técnico em informática, mora em Tramandaí — tenho três netos — e está muito bem. (*Palmas.*)

Então, eu me sinto realizada. Isso é uma missão que me deram, e eu pretendo continuar com a juventude. Eu tenho uma referência dentro da minha associação, eu sou a Presidente de uma associação de moradores, mas eu não trabalho só para isso, eu trabalho por um bueiro, por uma poda de árvore, por uma cesta básica, é para tudo. Então, eu não vejo só o meu núcleo, porque eu moro num núcleo, eu vejo o todo da Restinga. E às vezes eu não trabalho só aqui, eu também vou para Cruzeiro, vou para Santa Tereza, estou sempre andando. E viajo para fora do Estado para me capacitar, para ver o que está acontecendo, para eu poder fazer um trabalho melhor aqui.

Nesse projeto que o Juquinha falou, de 100 reais, eu estive com um menino numa boca de tráfico. A mãe dele trabalha de faxineira e ela me pediu ajuda. E eu disse: *"Eu vou ajudar, vou te ajudar"*. A gente ganhou dois computadores para a associação de moradores, o que era uma luta. Hoje, graças a Deus, eu tenho Internet gratuita lá e estou conseguindo resgatar os jovens lá para dentro da minha associação, porque é um local que não tem campo de futebol, não tem praça, e a única referência é a minha associação. Então, eu tenho que trazer coisas atrativas para eles. Eu tenho que trazê-los para cá.

O SR. NESTOR HEINEN - Qual é o bairro?

A SRA. ALMERINDA ROSA DE LIMA - Loteamento Chácara do Banco, onde fizeram só empreendimento e não deixaram área de lazer. Então, eu comecei a trazer... E aí, o que eu fiz? Eu dei para ele um computador que a associação tinha ganhado, para ele poder sair do tráfico. Hoje, ele é o meu exemplo dentro da associação. Então, eu me sinto muito bem de estar debatendo tudo isso e relatando isso para ti.

Eu espero que esta CPI, hoje, leve adiante esse nosso depoimento e que a gente tenha bons resultados.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Eu queria registrar a presença, para não passar sem fazer esse registro, de uma companheira que é



guerreira, que está sempre junto com o seu companheiro — às vezes, nós mulheres ficamos muito angustiadas por sermos conhecidas como a esposa do, ou a companheira do, parece que não temos um nome e um sobrenome —, eu queria aqui fazer essa referência a uma pessoa pela qual eu tenho um carinho muito especial, que nos conhece desde a infância aqui nesta comunidade, na Restinga, que é a companheira Lúcia, assistente social (*palmas*), que ajudou e articulou um hospital que nós temos aqui na Restinga, que foi inaugurado pelo Governo Federal. Queremos registrar a presença dela.

Queremos dizer que nós temos um carinho muito, muito especial por ti e que a tua luta simboliza, realmente, que nós temos muito que caminhar e temos que construir um mundo melhor e igual para todos. Então, Lúcia, obrigada pela tua presença, registrada aqui, porque tu mereces esse registro, com certeza.

E outras pessoas a gente tem que citar aqui, também, como o Medina, que é o nosso Secretário Nacional. Medina, tu te apresentas para que o povo possa te conhecer (*Palmas*). Medina está com uma tarefa bem importante, gente, que é a de fazer com que o Juventude Viva — a Malu Vianna é a nossa representante aqui no Rio Grande do Sul — realmente seja implementado nos 26 Estados, não é Medina?

O Juventude Viva é um programa que vem para ter esse foco mesmo de combater o extermínio da juventude negra, articulado com diversos Ministérios, com a Educação, com a Saúde, com a Segurança Pública, com os Direitos Humanos. E a gente quer que, realmente, ele aconteça e venha, em especial, para o Rio Grande do Sul.

Agora, vamos abrir a fala para os nossos três Deputados que faltam ainda falar. Depois, a gente vai abrir para os depoimentos. E, aí, a gente finaliza, porque a gente quer que os nossos Parlamentares possam conhecer — não é, Pastor Paulo Lima? — as nossas instituições, as que nós temos aqui, as três filiais que atendem crianças e adolescentes aqui na Restinga.

Então, vamos abrir para a pessoa que temos que colocar e que foi protagonista desse processo. Muitos Parlamentares não querem fazer alguns debates, porque não dão voto. A gente sabe que, às vezes, alguns enfrentamentos só dão polêmica. Mas esse Deputado enfrentou e fez uma articulação com o Deputado Federal Reginaldo. E foi colocado que não, não vamos estar somente na



Assembleia Legislativa; nós queremos pisar na comunidade, queremos ouvir os depoimentos das mães dos jovens que foram vítimas de violência, que foram exterminados.

Então, vamos passar a palavra agora para o Deputado Jeferson Fernandes, que ajudou a articular esse processo como Parlamentar.

Obrigada, Jeferson, pela sua parceira, e valeu por defender uma pauta tão cara e importante para nós. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO JEFERSON FERNANDES - Se tem alguém que tem que agradecer aqui sou eu. Eu estou realizado, tanto pela parte da manhã, que nós fizemos lá na Assembleia Legislativa, e mais ainda, Medina, por essa sessão aqui na Restinga.

O Olívio Dutra costuma dizer — e eu concordo com ele — que *“Deus nos deu dois ouvidos e uma boca para ouvirmos mais do que falamos”*. E eu quero obedecer isso, ouvindo os depoimentos lindos de vocês, que não são palavras jogadas ao vento, mas a vida sendo expressa a partir das palavras. Isso é muito lindo, e nós, que estamos na institucionalidade, temos obrigação de assumir as pautas que têm a ver com o nosso povo sofrido.

Eu estou aqui no Rio Grande do Sul examinando as nossas prisões, as nossas penitenciárias. E, cada vez que eu estudo, que eu aprofundo essa análise, eu fico mais triste, porque lá estão jovens da periferia que não tiveram acesso à escola, pardos ou negros. Se eles tivessem defesa, sequer estariam lá — a ampla maioria deles. Os que matam os jovens, que patrocinam o crime do colarinho branco, esses estão fora da cadeia.

Por isso, eu estou feliz, também, de receber aqui no Estado, Pérola, tanto o Reginaldo quanto o nosso querido Luiz Couto, — um, de Minas Gerais; outro, da Paraíba; não são Deputados aqui do Estado. Vieram porque têm compromisso com esta causa.

E aí, Pérola, eu quero te agradecer e, em teu nome, todas as lideranças que aqui estão. Gostei das palavras do Sr. Nelson e de todos os demais que se pronunciaram e prepararam este momento. Em nome da minha equipe, quero agradecer ao Janquiel, que veio aqui e fez um trabalho com vocês.



Como eu disse, eu estou aqui mais para ouvir do que para falar. Então, parabéns a todos e todas. Continuemos a nossa jornada. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Agradeço ao Janquiel, porque às vezes os assessores articulam e acabam não sendo citados. Então, valeu Janquiel! Nós nos colocamos sempre à disposição. Do que tu precisares na luta das minorias, pode contar com a gente, que a gente vai estar sempre aí. E o cara trabalha, não é, Jeferson? Devemos dizer isso.

Agora, vamos chamar o Medina, que é o Secretário Nacional de Juventude, que vai nos passar, então, alguns relatos referentes ao que ele está fazendo, no Governo Federal, para a nossa juventude. (*Palmas.*)

O SR. GABRIEL MEDINA - Boa tarde a todos e todas. Quero cumprimentar os Deputados Reginaldo, Luiz Couto e Jeferson pela iniciativa. É um prazer estar aqui. Cumprimento as lideranças. Cumprimento a Pérola e, em nome dela, todas as lideranças, a comunidade. É um prazer estar aqui com vocês.

Como a Pérola disse, a Secretaria Nacional de Juventude foi o primeiro órgão do Governo Federal, junto com a SEPPIR, que denunciou essa situação de violência, de fragilidade que a juventude negra enfrenta em relação aos brancos e, através do Plano Juventude Viva, fez toda uma rede de mobilização de atores sociais, de militantes. Na verdade, nós só demos voz àquilo que o movimento negro, que o movimento social já vem fazendo há muitos anos nos bairros de periferia de todo o Brasil. Então, o Plano Juventude Viva buscou trazer, justamente, esta discussão: o enfrentamento à vulnerabilidade da juventude negra por meio de políticas sociais, por meio de ações de educação, cultura, saúde, esporte. E ele foi pactuado com o Governo do Estado — está aqui a Malu, uma das responsáveis por estar sendo construída essa relação com o *hip hop*, todo esse trabalho.

Mas, na verdade, a nossa opinião é de que o Plano carece de mais força, de mais recursos, de maior prioridade. Ele ainda se configura, vamos dizer assim, uma agenda periférica do Governo Federal. E nós não queremos para a juventude negra a periferia do Governo Federal, nós queremos o centro do Governo Federal. Nós queremos investimento, queremos tratamento prioritário. Esse é o debate que nós estamos construindo, com a ajuda do Deputado Reginaldo Lopes.



A CPI é justamente esse impulso que nós precisamos para dar mais luz, revelar ainda mais essa realidade, vindo aos bairros, ouvindo as pessoas, para aperfeiçoar essa discussão, que não se faz em gabinetes, como o Deputado Jeferson disse, tem que ser feita ouvindo as pessoas que vivem a realidade de cada comunidade.

O que nós vamos trazer para a Restinga não deve ser o mesmo que nós vamos levar para o Morro do Alemão ou para a periferia de São Paulo, porque cada comunidade tem sua identidade, tem sua construção, tem seu movimento, tem sua história. E nós precisamos ouvir essas histórias, respeitá-las, para que o Plano possa ser adequado.

O Governo Federal estuda, neste momento, o lançamento de uma grande política, que o Reginaldo já deve ter citado, que é o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. A ideia é ser uma política de Estado, que pressuponha a ideia de uma PEC da Segurança Pública. Hoje, para quem não sabe, o Governo Federal não participa da política de segurança pública — quando muito, manda dinheiro para as forças de polícia, equipa as polícias. Então, ele contribui, muitas vezes, para uma situação de mais violência contra a juventude.

Nós, agora, com a PEC da Segurança Pública, queremos criar atribuições constitucionais ao Governo Federal, diretrizes nacionais para a política de segurança, dados padronizados. Isso porque, muitas vezes, nem dados padronizados nós temos, cada governo lida de uma forma com a questão, por exemplo, do homicídio. Há governos que consideram auto de resistência; outros, não. Nós precisamos padronizar esses dados, precisamos ter sistemas de informação claros e diretrizes claras.

E o Governo precisa repassar recursos para os Estados que se comprometam a diminuir a letalidade e qualificar os processos de investigação e aperfeiçoamento das polícias, tendo polícias mais comunitárias, mais humanas, menos letais.

Um dos aspectos do Plano que nós estamos colocando, Malu, companheiros, Pérola, é que ele não dialogava com a segurança pública. Então, muitas vezes, a gente falava de educação, cultura e, enquanto isso, as polícias estavam atuando de forma bastante violenta nas regiões. Então, nós precisamos dialogar com a questão



da polícia, controlar também o dedo daquele que comete atos que, inclusive, desrespeitam a Constituição, como o auto de resistência, que não é uma atribuição constitucional, não é previsto na Constituição, é um mecanismo absurdo, que mascara uma pena de morte disfarçada do povo negro e do povo jovem negro das periferias.

Então, o Juventude Viva está participando dessa iniciativa de ser, vamos dizer assim, a diretriz das ações sociais de um grande pacto republicano para o País, que prevê metas claras de redução de homicídios, com a participação de todos os Ministérios.

E, por fim, quero dizer o seguinte: nós estamos também acompanhando o tema da redução da maioria penal. Não estamos vivendo momentos fáceis. Estamos vivendo um ataque à democracia brasileira. O que está sendo feito pelo Presidente da Câmara dos Deputados — e está aqui o Reginaldo Lopes, um dos Deputados comprometidos... Os Deputados do Rio Grande do Sul que votaram a favor da redução da maioria penal não vieram aqui. Esses não vieram aqui dialogar e estão falando de encarcerar a nossa juventude negra, de mais violência, de punição, com base na cultura do ódio, na cultura da punição, e não de saídas preventivas, com educação, com escola, com cultura. É importante dizer isso.

E, para fechar, quero dizer que nós estamos muito preocupados em como realizar ações específicas para a juventude que está nas medidas socioeducativas e a juventude do sistema prisional. Nós não podemos fechar os olhos para essa juventude, nós precisamos ter ações ainda mais afirmativas para esses jovens que já estão num processo de maior relação com o crime organizado, com atos infracionais. E neste momento o Juventude Viva tem pensado nisto: quais são as iniciativas e recursos que precisam chegar para os jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas, saindo do sistema prisional, e que muitas vezes não acham a mão do Estado para apoiá-los numa trajetória de recuperação, de reinserção social, de uma trajetória de saúde e de inserção no sistema produtivo da sociedade.

Então, esse o Plano Juventude Viva, que estamos elaborando. Esperamos ter a parceria do Rio Grande do Sul.



É um prazer estar aqui com vocês. Quero, mais uma vez, parabenizar os Deputados, a comunidade e o Estado por essa iniciativa. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - O movimento *hip hop* tem cinco elementos: o grafite, os DJs, os *B.Boys*, o conhecimento que articulamos... Apresento a vocês o Alan, que está grafitando a parede com um trabalho maravilhoso. Isso é uma arte, não tem outro nome. São grandes artistas da cultura, que realmente fazem algo acontecer nas comunidades. Eles realmente mostram as nossas caras por todas as paredes das cidades, grafitando. É uma arte belíssima. Esse é um dos elementos do *hip hop*.

Vou passar a palavra ao Sr. Carlos Alberto de Souza, Ouvidor Nacional da SEPPIR — Secretaria de Promoção de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR - Acho que temos de falar pouco e ouvir mais a comunidade. Já estão nos sabotando para que ouçamos mais a comunidade e falemos menos.

Falarei muito pouco, até porque já falei pela manhã na Assembleia Legislativa.

Primeiro, trago uma saudação do nosso Ministério. O Medina acabou de falar aqui sobre o Plano Juventude Viva, uma parceria da SEPPIR com a SNJ. Está conosco o Douglas, responsável na SEPPIR pelo Plano Juventude Viva. Levante-se, Douglas, para que as pessoas possam cobrar de você caso alguma coisa do Plano não seja implementada pela SEPPIR. (*Palmas.*) Com isso já comprometemos o Douglas.

Mas devo dizer da nossa preocupação. Estamos em fase de apresentação de emendas ao relatório da CPI. É muito importante que os ativistas e a comunidade presentes leiam o relatório, um documento histórico que estará em discussão. Ele se refere a uma espécie de genocídio da juventude pelo Estado. Isso está lá escrito. Isso é um grande avanço. Nós precisamos trazer contribuições da militância do movimento social, da militância do movimento negro para que o relatório espelhe os anseios da sociedade, a necessidade de benefícios e de políticas públicas para a comunidade negra.

Estamos bastante preocupados com esse fenômeno que está acontecendo na Câmara dos Deputados. E esta Comissão nos dá cada vez mais gás para lutar



contra os retrocessos que estão acontecendo no cotidiano da Câmara dos Deputados. Esta Comissão vai de encontro ao que lá está sendo votado, sobretudo a PEC com a qual se pretende reduzir a maioria penal no País e muitas pautas regressivas para os movimentos sociais.

Hoje sentimos um pouco mais de alívio — sempre digo isso ao Deputado Reginaldo Lopes — com a pauta trazida. Este é o único local onde conseguimos discutir a resistência, o combate ao racismo, à violência contra a juventude negra. As portas mais progressivas no âmbito do Congresso estão nesta CPI.

É importante conseguirmos envolver toda a militância para podermos influenciar cada vez mais nos destinos a partir da aprovação desse relatório, Pérola.

Eu venho reafirmando isto, dizendo da minha preocupação com a nossa postura: parece que estamos assistindo ao bonde passar e não estamos participando dele. Isso é um erro. Este é um momento em que não podemos abaixar a guarda, temos de estar sempre alerta para que retrocessos não ganhem força para modificar o que vimos construindo ao longo das décadas de 1980, de 1990 e até hoje no País.

Devo dizer ainda que a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial está à disposição para ser o elo entre o cidadão, o movimento social e o poder público. Devo dizer que estou mesmo à disposição de todos.

Agradeço à Comissão pela oportunidade de participar e de refletir com vocês sobre essas que são causas de vida para nós. Antes de eu estar no Governo Federal, já era parte da minha militância e da minha militância em movimentos sociais. Para mim, sempre, é muito importante ouvir as declarações que vão ser ditas sobre as violências. Isso faz com que consigamos produzir políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas para a nossa população.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Quero registrar a presença do Aleff Fernando, representando o Enegrecer e o Kizomba; da Bruninha, do Comitê contra a Redução da Maioridade Penal. Bem-vinda, obrigada pela presença.

Agora vamos ouvir o Deputado Luiz Couto e, depois, para concluir, o Deputado Reginaldo Lopes. Depois nós teremos os depoimentos.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Deputado Jeferson já disse que nós estamos aqui para ouvir, para escutar. A Bíblia nos ensina que o povo estava vivendo no cativeiro e Deus escutou os clamores do povo; ao ouvir os clamores do povo, convocou Moisés para ajudar aquele povo a sair do cativeiro, a sair da escravidão.

Ele disse que nós temos dois ouvidos e uma boca exatamente para ouvir mais que falar. Mas também temos uma memória, para guardar, pensar, sentir e agir. E é essa memória que, muitas vezes, nos falta.

O Papa Francisco, recentemente, na Bolívia, afirmou que a culpa de tudo o que está acontecendo no mundo — a degradação, a escravidão — é do capitalismo, que se baseia no lucro, na riqueza, na exploração, na destruição da natureza, na destruição do ser humano, move-se somente pela força do dinheiro. As pessoas querem ganhar, querem enriquecer. E para isso até matam.

Há um pequeno livro de um escritor espanhol, *Deus e o Dinheiro*, da Editora Vozes, cuja leitura eu aconselho, em que ele diz que o grande problema não é a crise econômica, o grande problema é que a sociedade perdeu a capacidade humanizadora, tornou-se desumana, desumanizadora e desumanizante. E é isso que causa tudo o que está ocorrendo.

Eu queria dizer para vocês que nós escutamos muito hoje sobre momentos de sofrimento e dor, mas não se deixou de ter esperança. Eu acho que esse é o elemento importante. A esperança nos leva a acreditar que é possível mudarmos o mundo. Basta não entrarmos no bloco dos que querem destruir o ser humano, que querem explorar, que querem enriquecer à custa da dor e do sofrimento de muita gente.

Então, eu queria dizer que nós aprendemos, com essas audiências públicas e diligências, a respeitar o princípio básico de que devemos escutar mais e buscar em conjunto saídas para a situação.

Queremos agradecer a acolhida do povo da Restinga e dizer que vamos em frente com esperança, acreditando na vida, porque o nosso Deus não é Deus dos mortos, nosso Deus é o Deus vivo dos vivos e da vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Nós queremos dizer aos nossos convidados que vieram de longe, de fora do Rio Grande do Sul, que se sintam abraçados por esse calor humano gaúcho. Vocês tiveram muita sorte de chegar aqui e não estar fazendo o frio de costume. Sintam-se todos abraçados por esse calor humano de todos os gaúchos. Agora nós vamos para os depoimentos. Vamos ouvir o Nestor Heinen, do Ecosystema Brasil.

O SR. NESTOR HEINEN - Muito obrigado por me acolherem. Boa tarde a todos. Hoje de manhã eu disse que eu dei minha colaboração para que o Hino Rio-Grandense pudesse sair da prateleira depois de 150 anos e ser cantado por todos que querem cantá-lo. Também fui sem ser: nunca tive militância político-partidária. Isso é até uma omissão minha, mas eu não fui a cinco comícios na minha vida. Isso que eu estou fazendo hoje está fora da caixinha do meu modelo de vida. Mas eu quero compartilhar com vocês como nós podemos resolver esse modelo, que é igual a uma receita de bolo errada. Quando a receita de bolo está errada, não há confeitadeira que dê jeito. A mesma coisa é na indústria: quando um molde industrial errado vai para a fundição, a peça fundida vai para a sucata.

Eu vou ser bem breve. Eu quero que vocês assumam um compromisso, se for verdadeiro o que eu vou dizer. Os homens públicos que aí estão sabem que o IBGE disse que, entre 2011 e 2015, 50 milhões de jovens brasileiros vão entrar em idade de trabalho, ou seja, 16 anos. Nesses 5 anos, de 2011 a 2015, vai terminar o ano sendo criados 5 milhões de novos empregos, porque no ano passado foram apenas 396 mil. Vão sobrar 45 milhões de jovens brasileiros e eles querem dinheiro para a balada. Como vamos resolver isso? Como sabemos que tudo depende da educação, mas também depende de educação sociodesportiva... Ela disse que lá não tem quadra de lazer. O Juquinha disse que não há otimização de investimento para trabalho e renda. E eu quero me focar nisso. Por isso é que a nossa educação é falha. Ela não é integradora porque ela não educa no esporte para aprender a perder e não ensina a trabalhar, porque não tem como integrar no trabalho e renda. Então, eu anuncio para os senhores, para nós fazermos aqui na Restinga um investimento que pode ser uma vez de 500 milhões ou duas vezes de 500 milhões na forma de um condomínio, que vai ter, em vez de edifícios residenciais aqui e o cara ter de ir trabalhar no outro lado da cidade, cinco módulos: o módulo industrial,



com pavilhões industriais; o módulo comercial; o módulo hortifrutigranjeiro, um pouquinho fora da Restinga, ali nos arredores, para produzir alimentos para nós; o módulo clube, com estatuto de clube — os alemães trouxeram 22 sociedades de ginástica ao Rio Grande do Sul — SUGIPA, UNIÃO, Leopoldina Juvenil, Ginásio Novo Hamburgo. É para educar de forma sociodesportiva, cívica e cultural. Ou seja, temos que estudar português, matemática, mas nós temos que ser educados para a vida civil. E nós temos que ter trabalho e renda. Então, para fazer isso nós temos que integrar a educação à educação sociodesportiva, à educação das artes, ao trabalho e renda. E para isso nós precisamos desses condomínios. Então, eu queria provocar as entidades aqui da Restinga. Se quiserem, o BNDES deu parecer favorável para a realização desse condomínio e a Caixa vai financiar as habitações. A partir de amanhã eu me coloco à disposição. Depende só da Restinga para nós darmos início a esse modelo de condomínio que é diferente porque o indivíduo não vai precisar viajar para ir trabalhar, vai tudo acontecer ali.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Agora vamos passar a palavra para o Ventura, uma liderança de fato da nossa comunidade. Queremos que depois você fale um pouquinho do projeto de esporte, daquela megaestrutura que está sendo feita na Restinga Velha para os nossos jovens poderem ter acesso ao esporte.

O SR. JOSÉ LUÍS VIEIRA VENTURA - Boa tarde a todos.

Eu não sou muito de falar, sou mais de agir. Dentro da fala do nosso colega ali, estamos trazendo, dentro de uma comunidade onde o índice de vulnerabilidade social e pessoal é muito grande, uma obra do PAC, o CEU — Centro de Artes e Esportes Unificados. Quem é do Governo Federal conhece sabe o que é isso.

No meu território há 17 pontos de tráfico que disputam o poder. Ali estamos com isso sendo construído em uma zona de uma região onde o índice de vulnerabilidade é muito grande. Vai haver geração de emprego e renda para a comunidade; laboratório de informática — não é telecentro —; cinema, com teatro para 60 lugares; pista de *skate*, pista de caminhada, com acessibilidade; recanto para leitura. É um projeto que estará sendo concluído agora em novembro. Já está sendo contratado o pessoal de mobilização social.



Conquistamos também um ponto de cultura que se chama Africanidade, a cultura iorubá vinda da África para dentro do Brasil, caindo para dentro da Restinga, onde o pessoal vai também fazer todo um trabalho social.

E vamos ter a primeira orquestra da Restinga, em que o Maestro virá da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para dar aula. Isso vai gerar atendimento a 700 crianças/dia, sem contar os adultos e os andantes. É uma média de 1.100 pessoas por dia. Vai empregar aproximadamente 140 pessoas do ensino fundamental ao ensino superior da comunidade. Então, 100% do pessoal vão ser profissionais da comunidade. É uma gestão compartilhada do Governo com a comunidade. Esse é um projeto que está sendo construído na Restinga, de 2 milhões e 800 mil reais. Vão ser, no total, 3 milhões e pouco, com mais outros projetos que conquistamos lá para baixo.

O nosso trabalho é voltado para o atletismo, porque o atletismo tem regras, tem disciplina. E a maioria das crianças que passaram pelo meu trabalho hoje são cabos do Exército, outros estão na Brigada ou em outros trabalhos. O atletismo não é para ganhar dinheiro, mas para o indivíduo se tornar cidadão, diferentemente do futebol, no qual o indivíduo entra para ganhar dinheiro e ser reconhecido. Não, tem que ser cidadão, porque se a gente não for cidadão nada se resolve. (*Palmas.*)

Temos uma parceria com a SOGIPA, com o SESC, com o Grêmio Náutico União. Dentro disso temos várias crianças que estão com todos os incentivos liberados, não pagam nada. Então, são essas as nossas propostas.

Futuramente, quando retornarem aqui, vocês vão conhecer o trabalho, que é muito bonito. Depois vou deixar o material para o senhor ali, certo?

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Vamos passar a palavra para a Malu Vianna dar o seu recado, com um breve relato. Onde está a Malu? (*Pausa.*) Depois nós finalizaremos com a Sônia.

A SRA. MARIA LUÍZA RODRIGUES VIANNA (Malu Vianna) - Boa tarde a todos e a todas. Quero dizer que é uma satisfação estar hoje na Restinga. Mas não estamos só hoje, não é, Dona Almerinda? Temos aqui um projeto chamado Ponto de Cultura: Corpo, Arte e Expressão, que já desenvolve ações na comunidade. Então, estamos nos sentindo em casa, mas num momento diferente.



Temos a honra de estar recebendo o Gabriel Medina — seja muito bem-vindo à comunidade —, os Parlamentares, a militância, o ativismo e todos que querem fazer a diferença nessa realidade triste da nossa juventude, das nossas crianças e adolescentes.

Neste depoimento, quero só reforçar o que aconteceu hoje de manhã lá na Assembleia Legislativa, que estava lotada, não é, Deputado Jeferson? Infelizmente, não era por um motivo alegre. Nós estamos falando de violência, exclusão, morte, homicídio. Queria acordar para ver que estamos investindo na cultura, no lazer, na educação, na igualdade para todos. Seria melhor acordar para ir para um processo como esse. Mas, infelizmente, não foi, e temos que mudar essa realidade. Como, pessoal? Nós já temos aí diversas ações apontadas para que a gestão dê um retorno à sociedade civil e às entidades.

O trabalho como articuladora desenvolveu-se com o Município, com o Estado e com o Governo Federal em parceria para sensibilizarmos, informarmos... Muitas pessoas não sabem que isso acontece, que jovens morrem, que o sangue jorra das nossas periferias, mas pouco é feito, muito pouco, quase nada. Mas as iniciativas que estão por vir... Gostei de ouvir o Gabriel falando que, digamos, o próprio Plano tem que virar uma política não só de governo, mas de Estado, mais eficaz, mais aperfeiçoada. Ele está na periferia, ele tem que vir para o centro, tem que ser uma prioridade. Nós temos uma Secretaria Municipal de Juventude, que na maioria das vezes entende o jovem só como um *show*... Só *show* pelo *show*? Não vai fazer diferença.

Então, a minha fala aqui é justamente porque houve pela primeira vez na história um Governo Federal comprometido em ver o diferencial da nossa juventude, a valorização, não só olhar para o jovem como um marginal, como um problema ou como caso de polícia, coisas negativas. É preciso olhar o jovem na sua totalidade, na sua vida, para podermos fazer parceria com o fórum de enfrentamento ao extermínio da juventude do Estado. Foi feito todo o mapeamento, toda uma construção de trazer, de “tirar do fundo do mar” uma pauta que não poderia estar esquecida, parada. O fórum permanente do *hip hop*, com a representação do Juquinha. É muito importante a liderança da comunidade, a Dona Almerinda... São pessoas que vemos na luta na comunidade em parceria. Temos também a Frente



Nacional de Mulheres no *hip hop*. São vários coletivos ativos nas redes sociais ou nas comunidades que estão fazendo a diferença. Isso não se pode deixar apagar com os gestores municipais, estaduais e federais. Essa energia, essa esperança, essa sincronia de diálogo com o público destinatário não pode se desconectar.

Então, quero agradecer a iniciativa de todos os Parlamentares que estão conosco fazendo a diferença, ouvindo, mobilizando-se, construindo uma demanda que não cabe só aos movimentos sociais, mas também aos nossos representantes políticos e aos gestores.

Força para nós! Muita fé! Que os orixás e Deus nos protejam para as próximas ações e atividades, que precisam fazer a diferença na vida dos nossos jovens.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

Quero convidar todos a assistirem à Semana Municipal do *Hip Hop* a partir do dia 3 de agosto até o dia 31, com tema *Pelos Direitos da Juventude*. Haverá oficinas, debates e *shows*. Estão todos convidados.

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Registro a presença do Mário Jefferson, da Comunidade Maria da Conceição. Obrigada pela sua presença. E também da Aline Abreu, uma professora que implanta na sala de aula a Lei nº 10.639, a lei que trabalha a verdadeira história e a valorização da cultura afro-brasileira. Aline, estou conhecendo você hoje. É um privilégio tê-la como professora não negra, mas parceira em uma luta tão importante e cara para nós do movimento negro, que é trabalhar a lei efetivamente nas escolas, em especial nesse bairro tão negro, com 80% da população negra e parda, que é o nosso.

Vamos chamar agora para fazer uso da palavra o representante da APAC, Sr. Enio Andrade, a quem concedemos 3 minutos para nos fazer um breve relato. Vamos finalizar com a Sônia.

O SR. ENIO ANDRADE - Outro dia uma pessoa me disse: “*Ah, mas tu não és negrão*”, porque eu estava tentando defender a causa do negro. Não se tratava, no momento, de nada de maior profundidade. E eu disse a essa pessoa que ser negro não é só uma questão de pigmentação de pele. Na verdade, no Brasil, a maioria da população é negra, mas não sabe; outros não querem saber; e outros se fazem de malucos.



Eu estou aqui hoje, agora, para falar sobre essa causa, não sobre a APAC. Eu sou Presidente da APAC — Associação de Proteção e Assistência a Condenados.

Eu tenho acompanhado o trabalho do Deputado Jeferson — quero cumprimentar as demais autoridades presentes, com algum atraso — e percebido a evolução, o interesse particular dele e da equipe em levar à frente esses projetos, esses assuntos, para que esses assassinatos em massa que estão acontecendo no Brasil arrefeçam e não continuem acontecendo.

Parece-me que nós, aqui, sentados, não percebemos com clareza o que está acontecendo no País inteiro. Claro que o Rio Grande do Sul se destaca, mas essa mortandade de jovens, de filhos está chegando a um ponto que não dá mais para aguentar, assim como a violência no País. Vai chegar uma hora em que não vai haver mais o que fazer se a esperança que mantemos não for sustentada, não for alimentada.

Eu vou fazer par com o Deputado Jeferson: nós temos dois ouvidos para ouvir e apenas uma boca para falar.

Mas eu não poderia, obviamente, deixar de dizer aos senhores moradores da Restinga que a APAC — Associação de Proteção e Assistência a Condenados, tem a intenção de se difundir no País inteiro. Aqui no Rio Grande do Sul está se estabelecendo a primeira unidade, em Canoas — é a APAC de Canoas, da qual eu sou o Presidente. Está ali o meu Secretário. Está ali o Deputado Jeferson, que a viabilizou.

Quando uma autoridade daqui do Rio Grande do Sul, na verdade, o Dr. Bastos, trouxe aos seus colegas e amigos daqui o que era uma APAC, o que significava uma APAC, o que ele tinha visto lá, ele já estava encantado, porque tinha visto pessoalmente o que era uma APAC. Aqui conversou com amigos, Deputados outras autoridades e foram a Minas Gerais para conhecer de perto esse negócio de haver cadeia sem guarda, cadeia onde o próprio preso tem a chave do portão da rua, onde tudo é limpo e asseado, onde os presos, os internos, os educandos ou reeducandos comem com garfo e faca. Como é possível que haja, neste nosso momento, um estabelecimento que se proponha a, de fato, tirar o indivíduo das unhas do crime e devolvê-lo à sociedade como um cidadão?



Bom, eu devo dizer, só para que os senhores saibam, que eu tenho alguma experiência — e é por essa experiência, talvez, que eu esteja aqui —, porque eu, Enio, fui interno numa FEBEM da época, com 11 meses de vida, eu e mais dois irmãos, um com 2 anos e outro com 3 anos. Nessa casa, nesse primeiro internato, eu fiquei até os 6 anos. Eu acho que aquela foi a fase mais feliz da minha vida. Não estou me queixando, não estou condenando a FEBEM da época. Não. Ela foi muito legal. Eu fui muito bem acolhido, recebido, inclusive fui amamentado no peito, lá, nesse primeiro internato.

Pois é. Eu saí desse internato com 6 anos de idade, caí no crime e nunca mais saí — nunca mais! Toda a minha vida, toda a minha adolescência foi criminando. Eu não tenho nem um pouquinho de vergonha de lhes contar isso, porque eu me entendo como vítima também. Eu não pedi para ser ladrão. Eu fui criado dessa maneira, eu era obrigado a defender a minha rapadura, e acabou a história. Essa era a lei maior. Era isso que regia a minha vida. E, para não dizer que eu era ovelha negra, meus dois irmãos também estiveram no cárcere por longos anos. Aliás, nós tivemos quatro irmãos da cadeia. E eu quero dizer também que eu tenho na minha família dois irmãos assassinados, uma irmã morta de uma maneira que até hoje não foi explicada. Hoje eu tenho um propósito definido e insubstituível dentro de mim: com base nas minhas experiências, no meu conhecimento, nos meus relacionamentos, tanto intramuros quanto fora da cadeia, quero colaborar com esse trabalho da APAC porque, na minha visão, como dizem a ONU e órgãos a ela vinculados, são a nossa única alternativa. Nós sabemos que aqui na Restinga há 200 mil pessoas. Eu escutei com muita atenção tudo aquilo que cada um de vocês falou e achei muito legal. Eu não sei se um dia vamos poder colaborar de alguma forma com vocês aqui, especificamente. Mas a nossa proposta é ajudar a juventude a se recompor dentro daquilo que nos for possível.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Obrigada pelo seu depoimento, pela sua fala.

Nós sabemos que a antiga FEBEM, que agora é a FASE, ocupou no passado um papel bem importante na vida de muitas crianças e adolescentes, que eram acolhidos por essa instituição, que cumpriu o seu papel naquela ocasião. O que nós



queremos agora é que a FASE seja traduzida em mais escolas para os nossos adolescentes e as nossas crianças.

A última a falar seria a Sônia, que não está presente. Nós vamos, então, finalizar com o Deputado Reginaldo Lopes. Depois vamos ouvir brevemente um violão para sinalizar um pouco com a nossa arte. E aí vamos ter que concluir os trabalhos porque teremos que conhecer as comunidades em diversas instituições que nós temos aqui na Restinga. Lembro que todos que aqui permaneceram vão tirar uma foto com o Deputado Reginaldo Lopes e o Deputado Jeferson Fernandes, também o Secretário Medina, o Deputado Luiz Couto, lá no painel do grafite, o que é importante para fechar este evento. Vamos fazer esse registro e brindar com essa belíssima arte.

Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todos. Eu também quero mais é agradecer — agradecer a presença de cada um de vocês, a confiança de abrir a comunidade, de abrir este espaço da nossa comunidade Restinga; agradecer às lideranças, à Pérola, que mobilizou a comunidade com vários líderes comunitários, presidentes de bairros, de associações e movimentos. Também quero agradecer ao Deputado Jeferson Fernandes, que mobilizou toda a sua equipe e preparou a nossa vinda ao Estado à Assembleia e à comunidade. Quero agradecer ao Deputado Luiz Couto, que tem militado conosco pelo Brasil, sempre atuante na pauta dos direitos humanos; ao Carlos Alberto, da SEPPIR, na pessoa de quem agradeço a todos. Na pessoa do Robson, agradeço a todos os técnicos da CPI.

Eu quero dizer que a CPI é uma conquista histórica dos movimentos, que sempre trabalharam, que sempre denunciaram, que sempre exigiram reparação de danos, que sempre denunciaram o genocídio. É evidente que a CPI não vai conseguir resolver todos os problemas, que são históricos, de vários séculos, mas ela pode dar passos importantes do ponto de vista de deixar algumas pautas vivas na Câmara dos Deputados, alguns projetos, algumas proposições legislativas, algumas recomendações que são de prerrogativa do Executivo. Na verdade, precisaremos, após o encerramento dos trabalhos da CPI, manter a capacidade de continuar juntos militando a favor dessa causa para rompermos o racismo



institucional e eliminarmos o genocídio dos jovens negros e pobres. A luta está apenas se iniciando do ponto de vista de um trabalho mais sistemático na Câmara dos Deputados — a luta do Movimento Negro, evidentemente, é histórica.

Eu quero aqui reafirmar esse compromisso. Nós vamos estabelecer um conjunto de proposições e, na retaguarda, defender a militância dos senhores e das senhoras que estão aqui. É evidente que nós vamos ter que transformar esses encaminhamentos da CPI em uma luta, em uma bandeira do movimento e da sociedade. Nós vamos ter que ganhar os corações e as mentes de vários setores da sociedade para que de fato possamos avançar.

Eu me comprometo aqui a continuar militando nessa luta. Quem me conhece sabe que estou no quarto mandato de Deputado Federal e nós ainda temos pautas que estão sendo trabalhadas para serem vencidas desde o primeiro mandato. Nós somos bem determinados, igual a motorzinho de dentista, que “enche o saco” até dar certo.

Nesse sentido, nós queremos aqui reafirmar esse compromisso. Eu acho que nós temos que multiplicar essas proposições legislativas nas milhares de Câmaras Municipais e nas dezenas de Assembleias Legislativas para mantermos esse debate vivo, para continuarmos dando visibilidade a essa temática e para conseguirmos uma articulação na Câmara dos Deputados para constituirmos as novas Comissões, em especial a Comissão que propõe um novo sistema de segurança pública e a Comissão que vai tratar do Plano Nacional de Combate a Homicídios de Jovens e a diminuição de impunidades.

Esses dois projetos talvez sejam os mais importantes, porque vão reorganizar, estruturar, estabelecer metas objetivas e concretas para o Estado brasileiro e para todos os Poderes.

Quero aqui repetir, Gabriel Medina, o que disse no início de minha fala na Assembleia Legislativa: nós estamos colocando cinco metas no nosso plano nacional, além das diretrizes. O plano fez uma opção por diretrizes e colocou algumas metas. Se for votado, a União terá que enviar para a Câmara em 180 dias as suas estratégias. É um pouco da estrutura do plano. É evidente que esse plano será submetido a uma Comissão Especial e a sociedade poderá dar a ele um novo



olhar, alterar diretrizes e metas. Será um debate horizontalizado, com a participação direta da sociedade brasileira, em especial dos movimentos da população negra.

Nós temos a primeira meta, que é reduzir para um dígito. Nós temos repetido isso. Queremos que o Brasil, nos próximos 10 anos, consiga preservar 600 mil vidas. Olhem o que eu estou dizendo: 600 mil vidas! Hoje nós estamos matando 60 mil pessoas. Se nós reduzirmos para um dígito, estaremos preservando 600 mil novas vidas. Da juventude, 80% são negros e pobres. Então, eu acho que esse é o primeiro. E por que essa é a primeira meta? Porque a ONU acha a taxa aceitável. O ideal seria zero por cento, mas a aceitável é menor do que 10%, um dígito. O Brasil, pelo que recomenda a ONU, a Organização Mundial da Saúde, todos os organismos internacionais, vive uma guerra civil. Matamos mais do que todas as guerras civis!

Em segundo lugar, nós queremos diminuir, porque uma coisa está ligada à outra... Para atingir a meta de um dígito, temos que zerar, quem sabe, a letalidade policial. Porque um agente de Estado não pode matar. Ele é garantidor do direito, ele não pode ser violador de direitos. Então, temos que zerar a letalidade policial. Parece que no Japão, no ano passado, a polícia não disparou nenhuma bala. Não é isso? Então, isso vai contribuir para uma taxa de homicídio muito pequena.

Nós também queremos reconhecer que há uma vitimização de policiais. É verdade que 85% são mortos fora do serviço; pode acontecer por vingança, por fazer bico, por estar em grupos de milícias, por inúmeras questões. Mas nós também não podemos conviver com altas taxas de vitimização de policiais. E muitos policiais também são negros e pobres. Portanto, uma meta também tem que dialogar com a vida dos policiais.

A quarta meta é a questão da elucidação dos crimes. O problema da violência não é o tamanho da pena, nós vimos isso no depoimento do Enio Andrade aqui. O problema da violência é o tamanho da impunidade. Quanto maior a impunidade, maior a violência. E a impunidade alta leva ao olho por olho, dente por dente; leva à banalização da vida, leva ao acerto de conta extrajudicial.

Então, nós temos que elevar, no mínimo, nos próximos 10 anos, para 80% a taxa de elucidação dos crimes, que é a taxa da Europa. Quanto maior a taxa de elucidação do crime, menor a taxa de homicídios. O Gabriel Medina apresentou um



gráfico na CPI mostrando que o Reino Unido elucida 90% dos crimes e que tem um homicídio para cada 100 mil habitantes.

Então, nós estamos convivendo hoje com uma taxa de elucidação de crime de 5% a 8%, sendo que só 3% dos criminosos vão presos. Dos adultos que matam, apenas 3% deles vão presos. Na verdade, a Justiça criminal brasileira não prioriza o crime contra a vida. No máximo, ela prioriza o crime patrimonial. Mas não prioriza nem o crime patrimonial. Eu vou ser bem sincero! O crime patrimonial e crime de usuário de droga compõem quase 90% da população carcerária. Desses 90%, 70% são presos provisórios. Se não fosse pobre e negro, com um bom advogado, estavam fora da cadeia. Essa é a verdade do nosso sistema prisional brasileiro.

Então, também não se consegue elucidar crime patrimonial — se não for preso em flagrante — e não se consegue elucidar, de jeito nenhum, quem são os traficantes, ficam prendendo usuário de maconha, usuário de droga.

Nesse sentido, é evidente que o sistema judicial passa uma falsa impressão de que o crime compensa. É por isso que nós temos que enfrentar esse problema da elucidação dos crimes no Brasil, porque o crime não compensa. Isso tem que ser parte da cultura.

E, por último, no quinto eixo, nós temos que entrar nas políticas públicas. Tem que haver um eixo prioritário de políticas por território, onde nós temos altas taxas de homicídios. Então, essa seria a quinta meta que deve estar no pré-projeto, porque ele é um pré-projeto que vai tramitar em uma Comissão Especial. Mas é evidente que essas metas poderão ser alteradas. E eu não vou falar aqui das inúmeras diretrizes, tais como o acesso à Justiça, à educação, enfim, há um conjunto de diretrizes.

Então, esse é o projeto que a gente espera ser aprovado e constitucionalizado, porque nós queremos que os Municípios e os Estados constituam também as suas estratégias. Imaginem o Município de Porto Alegre, com 93 homicídios para cada 100 mil habitantes... ele precisa ter um conjunto de ações. E quem vai definir onde, quais são os territórios, em quais comunidades têm que fazer essas políticas e essas ações, é a Câmara Municipal, o seu povo e o Governo de Porto Alegre. Seria muita pretensão estabelecer uma política toda verticalizada.



Ela tem que ser horizontalizada nesse sentido, a partir das diretrizes nacionais e a partir do que o Gabriel colocou.

A PEC que altera o sistema de segurança pública dá obrigação à União. A União não pode dizer que o problema é dos Estados, e o Município não pode dizer que o problema é do Estado. O problema é de todos nós, é do ente federativo, é de todos os Poderes, é do pacto republicano.

Nesse sentido, eu espero que a CPI venha contribuir, evidentemente, sem deixar de reconhecer que vai ser a primeira vez que um Parlamento brasileiro vai reconhecer, primeiro, que há um racismo institucionalizado, sistematizado e estruturado na sociedade brasileira. A sociedade brasileira só será maior, a Nação brasileira só será maior se admitir isso, para poder superar esse racismo.

Segundo, o relatório vai assumir que há um genocídio. Ao assumirmos que há um genocídio — inclusive, o Parlamento e a CPI vão oficialmente denunciar o Brasil novamente à OEA, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos —, vamos querer que o Brasil, o Estado brasileiro, tome medidas práticas ou poderá sofrer várias sanções.

É nesse sentido que a CPI trabalha para podermos apresentar o relatório na terça-feira e encerrar os trabalhos dessa primeira etapa, porque nós queremos estabelecer Comissões Especiais dos produtos que foram fruto coletivo do debate da CPI.

Aqui hoje surgiram vários encaminhamentos, como: se os Municípios não colocarem na grade curricular a história da África, Lei nº 10.639, de 2003, colocar o Município do CADIN.

Há a ideia também de se ampliar as estatísticas sobre segurança pública. Nós estamos alterando a Lei do SINESP, para obrigar a inserção de dados como: idade, cor, raça, onde mora a vítima, onde aconteceu o fato. Enfim, tudo estamos fazendo para resolver o problema de dados, porque não aguentamos mais fazer um debate sobre se mata jovem negro pobre ou se mata branco, ou se não mata ninguém. Sempre há debate sobre essa falta de estatística.

O nosso Vereador trouxe algumas proposições sobre como criar o Instituto Nacional de Segurança Pública. É importante, Gabriel Medina, que o Governo tenha esse instituto. Assim como nós temos o DATASUS e o INEP, nós temos que ter um



porto seguro, um instituto que possa garantir que toda sociedade brasileira conheça sua realidade e, a partir dela, possa mudar a própria realidade.

Eu acho que as audiências aqui no Estado do Rio Grande do Sul foram muito ricas. Surgiram várias proposições que imediatamente nós estamos acatando, por exemplo, a PEC que nós estamos apresentando para criar o Fundo Nacional de Promoção e Igualdade Racial.

A partir de fala da nossa audiência, nós estamos acrescentando, não só no enunciado e nos objetivos da PEC, também a questão da superação do racismo e da reparação de danos. Então, nós teríamos um fundo não só para promoção da igualdade racial, mas para a superação do racismo e para a reparação de danos.

É uma PEC que nós estamos propondo para criar o fundo. Conversei muito com o Sr. Carlos Alberto, ele até ajudou a formatar o texto. Já pedi para que pudesse ser alterada a proposição da PEC.

Acho que isso é importante porque, ao criar o fundo, ele aponta que há um racismo, porque fala de superação e, ao mesmo tempo, aponta também para a política de reparação de danos.

Tendo em vista que, se o fundo for criado, ele receberá 2% de IPI e de Imposto de Renda, o que dá nada menos do que 15 bilhões de reais por ano, o que é uma baita fonte de recurso para se aplicar nas políticas.

Então, é isso. Uma boa tarde a todos. Um ótimo final de semana, com paz. Espero que possamos superar a cultura da violência. Vão com Deus. Muito obrigado pelo carinho.

Sra. Pérola — que é realmente uma pérola —, muito obrigado pela condução dos trabalhos aqui.

Do fundo do meu coração, fiquem com Deus. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Pérola Sampaio) - Então, quero registrar aqui a presença dos promotores de políticas de saúde da população negra e dizer que se faz válido, como encaminhamento nosso, como um movimento social, dizer que a CPI de enfrentamento ao extermínio da juventude negra é importante aqui no Rio Grande do Sul e que queremos contar com o Deputado Jeferson Fernandes nesse sentido.



O relatório está para ser aprovado, mas corre o risco de não ter a sua aprovação na íntegra. Nós podemos nos mobilizar pelas redes sociais. Esperamos, também, que os nossos Parlamentares que aqui estão possam trazer os projetos e programas de políticas públicas sociais para o Rio Grande do Sul e, em especial, para a nossa comunidade.

Agora, ao som de uma bela música, vamos todos registrar a nossa presença aqui no grafite.

Obrigada pela presença de todos. Desejo muita energia para todos nós, muito axé para todos nós. Rumo à luta! Enquanto houver jovens negros e negras morrendo, é porque a nossa luta não terminou. Então, rumo à luta e vamos lá!

Obrigada. (*Palmas.*)